



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO É PAIS SEM POBREZA

Cargo: Analista de Finanças e Controle

Área:

Correição

Controladoria-Geral da União-CGU

Concurso Público: AFC/CGU-2012
(Edital ESAF n. 07, de 16/4/2012)

Prova

3

Conhecimentos Especializados

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva* , para posterior exame grafológico:
“Inspiração vem dos outros. Motivação vem de dentro de nós.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.2.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 - Marque a opção correta.

- a) “W” foi condenado definitivamente a uma pena privativa de liberdade de 10 (dez) anos de reclusão e à perda do cargo público. Durante o trâmite processual penal, foi concedido a “W” aposentadoria proporcional ao tempo de serviço. Nesses termos, a autoridade administrativa deverá instaurar processo administrativo disciplinar para cassar a aposentadoria concedida.
- b) “Z” comete crime mediante grave ameaça e decide reparar, integralmente, o dano por ele causado à vítima após o recebimento da denúncia, mas antes de proferida a sentença. Nesses termos, aplica-se a “Z” o Instituto do Arrependimento Posterior.
- c) “X”, pretendendo matar “U” para que esse não participasse de procedimento licitatório, desferiu-lhe uma facada no abdômen, mas, voluntariamente, desiste de prosseguir em seu intento e imediatamente leva “U” para o hospital, o qual não resiste e morre em consequência da lesão. Aplica-se a “X” o Instituto da Desistência Voluntária.
- d) Age negligentemente o cirurgião plástico que causa a morte da paciente durante um ato cirúrgico.
- e) Nos crimes unissubsistentes o processo executivo coincide temporalmente com a consumação, não se admitindo a tentativa.

2 - Marque a opção correta.

- a) Quanto ao Lugar do crime, o Direito brasileiro adotou a Teoria da Atividade segundo a qual o Lugar do delito é aquele em que se verificou o ato executivo.
- b) O princípio da irretroatividade da lei penal é corolário do princípio da anterioridade da lei penal e limita-se às normas penais de caráter material.
- c) O Código Penal Brasileiro adotou, em relação ao dolo, a Teoria da Representação, segundo a qual para a existência do dolo é suficiente a representação subjetiva ou a previsão do resultado como certo ou provável.
- d) Os crimes comissivos por omissão são objetivamente descritos com uma conduta negativa, não se exigindo um resultado naturalístico.
- e) O conceito analítico de crime, segundo a Teoria Tripartite, crime é fato típico, antijurídico, culpável e punível.

3 - Considerando os Crimes contra a Fé Pública, marque a opção correta.

- a) “Y” tomou conhecimento do gabarito oficial de um vestibular e por meio da chamada “cola eletrônica”, indevidamente, estava divulgando-o, para que a pessoa receptora o usasse no caderno de respostas. A conduta de “Y”, embora moralmente reprovável, é atípica.
- b) “W” insere fotografia sua em cédula de identidade de terceiro. Nessa situação, o tipo penal de falsificação de documento público se consumará com a efetiva produção de dano à fé pública.
- c) “H” pratica o delito de falso intelectual. O crime praticado por “H” admite as modalidades comissiva e omissiva.
- d) “Z” possui extensa folha de antecedentes criminais e, ao ser preso em flagrante sem portar documento de identificação, querendo livrar-se da prisão, atribuiu a si mesmo uma identidade falsa. “Z” cometeu a conduta de Falsa identidade.
- e) “X” falsificou certidão de distribuição de ações expedida pela Justiça Federal para utilizá-la em interesse particular na celebração de compromisso de compra e venda. A conduta de “X” configura-se Falsidade ideológica.

4 - Considerando os Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral e os Crimes contra as Finanças Públicas, indique a opção correta.

- a) “W” realizou negociação na qual prestou garantia em operação de crédito sem qualquer contragarantia da garantia por ele prestada. “W” praticou a conduta de Contratação de operação de crédito.
- b) “X”, na qualidade de funcionário público, valendo-se da função de chefe da seção de manutenção, concorreu para que “D” subtraísse em proveito de “V” impressora pertencente à repartição, na qual “X” trabalhava e detinha a posse em razão do cargo. “X”, arrependido, restituiu aos cofres públicos parte do prejuízo, antes da sentença transitar em julgado. Nesses termos, extinta a punibilidade da conduta perpetrada por “X”.
- c) “Z”, requisitado para trabalhar no sistema informatizado de uma empresa pública, sem autorização, modificou um programa de informática, acarretando danos à Administração Pública. “Z” responderá pela conduta de Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- d) “Y”, médico, administrador de um hospital credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), acompanhou “M” durante todo o pré-natal, cobrou da mesma valor para realizar cirurgia de parto cesariana. “Y” praticou o crime de concussão.
- e) “H”, agente penitenciário, cometeu Condescendência criminosa ao facilitar, indevidamente, que o preso “O” tivesse acesso a *chip* de aparelho celular no interior da cela em que cumpria pena.

5 - Marque a opção correta.

- a) Não se pune a tentativa de dissimular direitos provenientes de crime praticado contra o sistema financeiro.
- b) Não se admite interceptação de comunicação telefônica para apurar o crime de Advocacia administrativa.
- c) Nos crimes praticados por organização criminosa, havendo possibilidade de violação de sigilo legalmente preservado, a diligência que apura o acesso a informações financeiras será conservada nos autos do processo, decretando-se, entretanto, segredo de justiça.
- d) A pena de multa cominada àquele que afasta licitante, oferecendo-lhe vantagem pecuniária, corresponderá ao dobro da vantagem potencialmente auferível pelo agente.
- e) Não se pune o particular que se abstém de licitar em razão de vantagem oferecida a ele por outro licitante.

6 - Considerando o instituto da Prescrição, marque a opção correta.

- a) O fato de "Z" ser reincidente, ao sofrer nova condenação, não influirá no prazo da prescrição da pretensão punitiva estatal.
- b) Reconhece-se em favor de "U" a prescrição virtual, visto que o acusado é primário, portador de bons antecedentes, o crime por ele praticado tem pena mínima fixada em 01 ano de detenção e o processo tramita há 02 (dois) anos.
- c) "W", ao cometer um crime, é condenado definitivamente a uma pena privativa de liberdade e a uma pena pecuniária. Nos termos do Código Penal, a prescrição da pena de multa é de 02 (dois) anos.
- d) "X", condenado, evade-se, assim, a prescrição da pretensão executória será regulada pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada.
- e) "Y", funcionário público, foi condenado por ter, reiteradamente, recebido vantagem indevida, em razão de sua função, para facilitar contrabando, bem como por ter falsificado documento público a fim de empregar irregularmente verbas públicas. O cômputo do prazo prescricional incidirá sobre a pena unificada.

7 - Considerando os princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal, marque a opção correta.

- a) O Princípio da Obrigatoriedade aplica-se às ações penais públicas e privadas.
- b) O Princípio da Concentração decorre do Princípio da Oralidade.
- c) O Princípio da Autoritariedade consagra os órgãos incumbidos da persecução criminal, presentes os permissivos legais, estão obrigados a atuar.
- d) O Princípio da Indisponibilidade é uma decorrência do Princípio da Oficiosidade.
- e) O Princípio do *favor rei* consagra que ninguém pode ser compelido a produzir prova contra si mesmo.

8 - Considerando o Inquérito Policial e a Ação Penal, indique a opção correta.

- a) A *notitia criminis inqualificada* não pode dar ensejo à instauração do inquérito policial e a Delação enseja a instauração do inquérito nos crimes de ação privada e pública condicionada.
- b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a autoridade policial não pode apreender objetos relacionados com a infração antes da instauração do inquérito.
- c) Em observância ao Princípio da Celeridade, estando o réu preso, em sede inquisitorial, ainda que em face de crime de ação penal pública, o magistrado deve indeferir as diligências requisitadas pelo Ministério Público se entender que as mesmas são protelatórias ou desnecessárias.
- d) O querelante maior de 18 anos de idade, ao renunciar seu direito de ação, poderá, observado o prazo prescricional, oferecer representação, ante o surgimento de novas provas, para que o querelado seja processado.
- e) É facultado ao Ministério Público aditar a queixa-crime, acrescentando elementos que influam na fixação da pena.

9 - Marque a opção correta.

- a) Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, não enseja nulidade o fato de o magistrado não notificar o acusado para oferecer resposta preliminar, na ação penal instruída por inquérito policial.
- b) A sentença que reconhece a prescrição da pretensão punitiva opera efeitos na esfera cível e a que reconhece a prescrição da pretensão executória não opera efeitos civis.
- c) Em se tratando do Instituto da *Mutatio Libelli*, caso o Ministério Público adite a denúncia, o magistrado deverá recebê-lo e imediatamente intimar o defensor do acusado para que se manifeste quanto ao aditamento recebido.
- d) O magistrado, ao proferir sentença condenatória nas ações públicas incondicionadas, não reconhecerá, de ofício, agravantes que não tenham sido alegadas pelo Ministério Público.
- e) Aplicando-se o Instituto da *Ementatio Libelli*, ante a nova definição jurídica, havendo a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o magistrado deverá encaminhar os autos ao juízo competente.

10- Quanto aos prazos, indique a opção correta.

- a) O termo inicial para o oferecimento da denúncia é o dia subsequente à data de vista pessoal do Ministério Público dos autos do inquérito policial.
- b) O prazo para oferecimento da queixa-crime é de 03 (três) meses contados do conhecimento da autoria da infração.
- c) Em se tratando de sentença condenatória, devem ser intimados o réu e seu defensor e somente após a última das intimações é que terá início o prazo recursal.
- d) Nos termos do Código de Processo Penal, os prazos devem ser contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia, exceto quando o réu estiver preso.
- e) O prazo não será suspenso ou interrompido caso haja obstáculo judicial oposto pela parte contrária.

11- Quanto à Prova, marque a opção correta.

- a) No Processo Penal o cônjuge divorciado do acusado pode se recusar a depor e as crianças e incapazes não têm capacidade para ser testemunhas.
- b) O réu preso pode ser interrogado pelo sistema de videoconferência, não se aplicando, entretanto, referido sistema às testemunhas e peritos que se encontrem na mesma situação e tenham que ser ouvidas.
- c) A testemunha prestará seu depoimento oralmente, sendo-lhe vedado trazer o depoimento por escrito, bem como fazer consultas a apontamentos durante a inquirição.
- d) A prova testemunhal pode suprir a falta de exame complementar no caso de lesões corporais, nos termos do Código de Processo Penal.
- e) A parte interessada deverá Contraditar a testemunha tão logo encerre a inquirição dela, sob pena de preclusão.

12- Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores, indique a opção correta.

- a) No processo penal, a falta da defesa só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- b) No processo penal, conta-se o prazo da juntada aos autos do mandado de intimação.
- c) No processo penal, é ilícita a gravação clandestina de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.
- d) No processo penal, não é possível a oitiva que correu na condição de testemunha, na mesma ação penal.
- e) No processo penal, enseja nulidade absoluta o magistrado que não observa o procedimento legal e inquirir as testemunhas antes das partes.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13- Com relação ao direito intertemporal, nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que:

- a) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se 45 dias depois de oficialmente publicada.
- b) para que a lei posterior revogue a anterior, é imprescindível a revogação expressa.
- c) a repristinação é a regra no ordenamento brasileiro.
- d) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- e) alguns podem escusar-se de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

14- Consoante o disposto no Código Civil vigente, a incapacidade para os menores cessará

- a) por concessão do genitor, independente da anuência da genitora.
- b) pelo casamento.
- c) pelo exercício da atividade eleitoral de votar.
- d) pela colação de grau em curso de nível médio técnico.
- e) pelo estabelecimento civil de menor de 14 anos.

15- O domicílio é um atributo fundamental para a caracterização da pessoa natural e jurídica. Nesse sentido, assinale a assertiva correta a respeito do domicílio, consoante o Código Civil vigente.

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) O domicílio do incapaz estudante é o local onde ele estuda.
- c) O domicílio da União é a Vara Federal onde ocorre a demanda judicial.
- d) O domicílio do Estado do Piauí é a sede da Justiça Federal no Estado.
- e) O domicílio do preso é o local no qual sua família reside.

16- É nulo o negócio jurídico, segundo o Código Civil vigente,

- a) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) cujo objeto é determinável.
- c) que não revestir a forma prescrita em lei.
- d) tiver por objetivo respeitar lei imperativa.
- e) por vício resultante de estado de perigo.

17- A respeito dos defeitos que, segundo o Código Civil, tornam anuláveis os negócios jurídicos, analise os itens abaixo.

- I. Erro substancial.
- II. Dolo de ambas as partes.
- III. Dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse conhecimento.
- IV. O simples temor reverencial.

Pode-se afirmar que são corretos os itens:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) I e III.

18- Segundo o Código Civil, é causa que impede ou suspende a prescrição:

- a) Protesto cambial.
- b) Despacho do juiz que ordena a citação.
- c) A existência de ausentes do País em serviço público da União.
- d) Ato que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- e) Ato judicial que constitua em mora o devedor.

19- Assinale a única opção correta.

- a) A legitimidade para agir, que é uma das condições da ação, exige a necessidade e a utilidade da tutela jurisdicional pedida pelo demandante.
- b) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, preenchem-lhe a finalidade essencial.
- c) Na substituição processual, o representante atua em nome do representado, invocando direito do representado.
- d) A substituição processual pode ser admitida pelo juiz no curso do processo, ainda que não haja autorização legal para tanto.
- e) Quando a citação for efetivada por carta precatória, o prazo começa a correr da data da citação efetivada no juízo deprecado.

20- Sobre os prazos processuais, assinale a opção correta.

- a) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública.
- b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer.
- c) A suspensão do prazo processual importa em cortar-se o prazo que ainda flui e devolvê-lo à parte por inteiro depois de cessada a causa suspensiva.
- d) Quando a citação ou intimação for pelo correio, o prazo começa a correr da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.
- e) Quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, o prazo começa a correr da data da efetiva citação ou intimação.

21- Assinale a opção correta.

- a) Quando a intimação tiver lugar na segunda-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na terça-feira imediata, ainda que não haja expediente em tal dia.
- b) A citação por edital é espécie de citação ficta, pois o resultado da citação (ciência do réu) não pode ser tido como certo, impondo a lei que se considere o réu como citado. Por outro lado, a citação por hora certa não pode ser considerada como ficta, haja vista que o réu tem efetiva ciência da ação que lhe foi proposta.
- c) O Mandado de Segurança será cabível ainda quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- d) Considera-se realizada a intimação do Ministério Público somente a partir da aposição de ciente pelo membro do *parquet*.
- e) Segundo o princípio da persuasão racional, pode o magistrado convencer-se livremente com qualquer das evidências presentes nos autos, desde que justifique os motivos pelos quais entende que certa prova gera convencimento, ou as razões para que certa prova se sobreponha a outra.

22- Sobre a citação, assinale opção correta.

- a) A citação postal, quando autorizada por lei, prescinde de aviso de recebimento.
- b) A citação válida interrompe a prescrição, desde que ordenada por juiz competente.
- c) A citação será feita pelo correio quando for ré pessoa jurídica de direito público.
- d) A sentença proferida em processo que tramitou sem a citação de litisconsorte passivo necessário está impregnada de vício insanável que pode ser impugnado até mesmo por meio de ação autônoma.
- e) A citação não será realizada em relação aos doentes, enquanto grave o seu estado, salvo se o autor for absolutamente incapaz.

23- Sobre o Mandado de Segurança, assinale opção correta.

- a) Cabe Mandado de Segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- b) Na ação de Mandado de Segurança, só se admite condenação em honorários advocatícios nas causas de valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de Mandado de Segurança impetrado contra ato de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor Mandado de Segurança.
- e) É cabível Mandado de Segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.

24- Assinale a opção correta.

- a) Apenas o Ministério Público detém legitimidade para propor ação por ato de improbidade administrativa.
- b) Infringe o princípio da congruência a decisão judicial que enquadra o ato de improbidade em dispositivo diverso do indicado na petição inicial.
- c) Na ação popular, é possível declarar a inconstitucionalidade incidental de lei como meio e modo de anular o ato administrativo praticado com base em seus preceitos.
- d) Pessoa jurídica detém legitimidade para propor ação popular.
- e) Na ação civil pública, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, ainda que o pedido tenha sido julgado improcedente por insuficiência de provas.

DIREITO EMPRESARIAL

25- A respeito do empresário e da empresa individual de responsabilidade limitada, assinale a opção correta.

- a) Enquanto a empresa individual de responsabilidade limitada pode adotar firma ou denominação, o empresário pode valer-se apenas de denominação.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados são, para todos os efeitos, pessoas jurídicas.
- c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- d) Independentemente de registro na junta comercial, o empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, não pode requerer recuperação judicial.
- e) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades simples.

26- As operações abaixo envolvem duas sociedades, exceto

- a) a cisão.
- b) a fusão entre uma sociedade limitada e uma sociedade anônima.
- c) a incorporação.
- d) a transformação de sociedade limitada em sociedade anônima.
- e) a compra de ativos de uma sociedade anônima por uma sociedade limitada.

27- A respeito da estrutura orgânica das sociedades, assinale a opção correta.

- a) Os atos constitutivos das sociedades limitadas e das sociedades anônimas devem prever a existência do conselho fiscal.
- b) As sociedades de economia mista terão obrigatoriamente conselho de administração.
- c) São órgãos deliberativos das sociedades anônimas e das sociedades limitadas as assembleias ou as reuniões.
- d) Nas sociedades anônimas, o funcionamento do conselho fiscal será permanente.
- e) As companhias abertas podem ou não ter conselho de administração.

28- A propósito de diretores, conselheiros e administradores das sociedades anônimas, marque a assertiva incorreta.

- a) É vedado ao administrador praticar ato de liberalidade à custa da companhia.
- b) A assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores.
- c) Poderão ser eleitos membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas.
- d) São inelegíveis para os cargos de administração da companhia pessoas condenadas por crime falimentar.
- e) Os membros do conselho de administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos de diretores.

29- Assinale abaixo os créditos com maior prioridade na classificação da Lei n. 11.101/2005.

- a) Os créditos tributários, inclusive as multas tributárias.
- b) Os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício.
- c) Os créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor.
- d) Os créditos com privilégio geral.
- e) Os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.

30- Quanto aos efeitos da falência, assinale a opção incorreta.

- a) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor até a sentença que extingue suas obrigações.
- b) A decretação da falência de sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato.
- d) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor.
- e) A decretação da falência suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial.

CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

31- Nos termos da Lei n. 10.683/03, à Controladoria-Geral da União compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República, no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes, exceto:

- a) à auditoria pública.
- b) às atividades de ouvidoria.
- c) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Federal.
- d) à sindicância de vida pregressa nas nomeações de cargos efetivos e cargos em comissão do Poder Executivo Federal.
- e) à defesa do patrimônio público e ao controle interno do Poder Executivo Federal.

32- Quanto à estrutura, organização e competências da Controladoria-Geral da União, é correto afirmar:

- a) tem como titular o Ministro de Estado Chefe da Corregedoria-Geral da União.
- b) tem como titular o Corregedor-Geral da União.
- c) compõe a estrutura da Presidência da República como órgão de Consulta do Presidente da República.
- d) integra a estrutura da Presidência da República como órgão de constituição essencial e de assessoramento do Presidente da República.
- e) possui em sua estrutura básica uma Comissão de Coordenação de Controle Interno.

33- Quanto à estrutura, organização e competências da Controladoria-Geral da União, é correto afirmar:

- a) que possui competência para requisitar a instauração de Processos Administrativos Disciplinares sempre que constatar omissão de autoridade competente do Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal.
- b) que encaminhará à Consultoria-Geral da União os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquele órgão.
- c) que possui o dever legal de se reportar ao Tribunal de Contas da União, à Transparência Internacional e à Transparência Brasil.
- d) que o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção será composto prioritariamente por representantes da sociedade civil organizada.
- e) a competência para avocar processos administrativos já em curso em órgão ou entidade da Administração Pública Federal permite-lhe corrigir o andamento, inclusive promovendo a aplicação da penalidade administrativa cabível.

34- Com fundamento na Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União (CGU), nos termos do disposto no Decreto n. 5.683/06 e no Decreto n. 5.480/05, assinale a opção correta.

- I. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) compõe a estrutura organizacional da Controladoria-Geral da União.
- II. A Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil cumpre prestar assessoria e consultoria ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, em assuntos de natureza jurídica.
- III. A Comissão de Coordenação de Correição compete sugerir procedimentos para promover a integração com outros órgãos de fiscalização e auditoria.
- IV. A Secretaria Federal de Controle Interno compõe a estrutura organizacional como órgão específico singular da Controladoria-Geral da União.

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

35- Com fundamento na Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União (CGU), nos termos do disposto no Decreto n. 5.683/06, assinale a opção correta.

- a) A Diretoria de Prevenção da Corrupção vincula-se, regimentalmente, a Corregedoria-Geral da União.
- b) Compete à Corregedoria-Geral da União apurar a responsabilidade de agentes públicos pelo descumprimento injustificado de recomendações do controle interno e das decisões do controle externo.
- c) Cumpre à Corregedoria-Geral da União estimular, coordenar e elaborar pesquisas e estudos sobre o fenômeno da corrupção e sobre a adequada gestão dos recursos públicos, consolidando e divulgando os dados e conhecimentos obtidos.
- d) A Corregedoria-Geral da União atua na fiscalização da regularidade dos processos administrativos disciplinares dos servidores do Ministério Público Federal.
- e) Cumpre à Corregedoria-Geral da União apurar os desvios de conduta dos policiais civis do Distrito Federal.

36- Com fundamento na Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União (CGU), e nas demais disposições do Decreto n. 5.683/06, assinale a opção incorreta.

- a) As requisições de pessoal para ter exercício na Controladoria-Geral da União são irrecusáveis, por tempo determinado, e deverão ser prontamente atendidas.
- b) As requisições de pessoal para ter exercício na Controladoria-Geral da União serão feitas por intermédio da Casa Civil da Presidência da República.
- c) O desempenho de função na Controladoria-Geral da União constitui serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional do servidor ou empregado público.
- d) O período em que o servidor ou empregado público permanecer à disposição da Controladoria-Geral da União será considerado, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.
- e) O servidor ou empregado público requisitado continuará contribuindo para a instituição de previdência a que for filiado, sem interrupção da contagem de tempo de serviço no órgão ou entidade de origem.

37- Em 30 de junho de 2005, com o advento do Decreto n. 5.480, instituiu-se o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, cujo Órgão Central é a Controladoria-Geral da União, a fim de promover sua coordenação e harmonização, compreendendo as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais. A respeito do Sistema de Correição mencionado, é incorreto afirmar que

- a) são instrumentos da atividade de correição a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o Processo Administrativo Disciplinar.
- b) é permitido ao Órgão Central do Sistema instaurar processos administrativos disciplinares em razão da complexidade e relevância da matéria.
- c) é permitido ao Órgão Central do Sistema instaurar processos administrativos disciplinares em razão da autoridade envolvida.
- d) é permitido ao Órgão Central do Sistema instaurar processos administrativos disciplinares em razão do envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade.
- e) os cargos dos titulares das unidades setoriais e seccionais de correição são privativos de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível superior.

- 38- Com fundamento nos deveres e proibições aplicáveis aos servidores regidos pela Lei n. 8.112/90, assinale a opção correta.
- Aposentado do serviço público não se sujeita a proibição de exercer o comércio da Lei n. 8.112/90.
 - Superior hierárquico que dispensa secretária do serviço para pagar boletos bancários de suas contas particulares comete mero desvio ético.
 - Superior hierárquico que, comparecendo ao serviço, apenas assina os documentos produzidos pelos subordinados em seu nome pratica ato regular justificado pela celeridade processual.
 - Ligações telefônicas particulares realizadas do telefone do órgão sem o posterior recolhimento dos valores serão regulares se não ultrapassarem o valor de R\$ 100,00 (cem reais).
 - Não incorre em falta disciplinar servidor que, valendo-se de e-mail institucional, anuncia com frequência produtos de informática para venda com notas fiscais.
- 39- Considerando o instituto da prescrição no Processo Administrativo Disciplinar, de que trata a Lei n. 8.112/90, analise as afirmações abaixo e assinale a opção correta.
- A Administração Pública não pode deixar de deflagrar procedimento disciplinar caso verifique a ocorrência de prescrição antes da sua instauração.
 - Prescreve em 5 (cinco) anos o direito da administração de aplicar pena de suspensão superior a 90 (noventa) dias.
 - Prescreve em 3 (três) anos o direito da administração de aplicar pena de suspensão inferior a 90 (noventa) dias.
 - A redesignação da comissão de inquérito, ou a designação de outra, para prosseguir na apuração dos mesmos fatos, não interrompe novamente o curso da prescrição.
 - A instauração de sindicância meramente investigativa interrompe a prescrição.
- 40- Com fundamento nas disposições atinentes ao Direito Administrativo Disciplinar, em especial do regime disciplinar dos servidores regidos pela Lei n. 8.112/90, assinale a opção correta.
- Descaracteriza-se a hipótese de acumulação ilícita de cargos públicos se o servidor estiver em gozo de licença sem remuneração.
 - São inacumuláveis, mesmo que compatíveis em horário, os cargos de dentista e médico-veterinário.
 - Considera-se acumulação lícita a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade nos casos de cargos cumuláveis na atividade.
 - É lícita a acumulação do cargo público de árbitro de futebol profissional com a de auxiliar bandeirinha.
 - O servidor, ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial, poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que acumulará lícitamente as remunerações.
- 41- Com fundamento nas disposições atinentes ao Direito Administrativo Disciplinar, em especial do regime disciplinar dos servidores regidos pela Lei n. 8.112/90, assinale a opção correta.
- É dever do servidor levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao membro do Ministério Público para ordenar a instauração disciplinar.
 - A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregados de sociedades de economia mista.
 - É permitido a servidor comparecer à unidade da previdência social para, na qualidade de intermediário ou procurador, tratar de assuntos relativos a benefícios previdenciários de seu avô.
 - É possível, quando houver conveniência para o serviço, aplicar conversão em multa, de penalidade de suspensão superior a noventa dias.
 - A demissão por corrupção e improbidade de que trata o artigo 132 da Lei n. 8.112/90 somente pode ocorrer após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- 42- Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar, de que trata a Lei n. 8.112/90, é correto afirmar que:
- é admissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo e nos mesmos fatos em que se fundou a primeira quando caracterizar a reincidência.
 - não há *bis in idem* quando a demissão pelo mesmo fato decorrer da anulação prévia da suspensão, por incompetência da autoridade inferior que a impusera.
 - não admite controle de legalidade, exceto pela via da revisão.
 - admite instauração que anteceda a ocorrência do fato irregular presumível e recorrente.
 - exige a atuação da defensoria pública nos casos de revelia.
- 43- A respeito das regras de composição e de atuação da Comissão que conduz o Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que:
- sua composição não pode conter servidores de órgão distinto do órgão de lotação do acusado.
 - a participação de servidor na composição da comissão é facultativa.
 - trata-se de órgão colegiado com funções deliberativas, gerenciais e consultivas da autoridade instauradora.
 - se entender por não indiciar o acusado, estará dispensada de citá-lo para apresentar defesa escrita.
 - deve adotar postura firme e rígida para evitar demonstração de fragilidade e leniência.

- 44- Considerando as fases, ritos e regras atinentes aos processos disciplinares, de que trata a Lei n. 8.112/90, assinale a opção incorreta.
- A ausência de intimação dos procuradores dos acusados não acarreta nulidade do processo disciplinar, face à intimação pessoal dos acusados.
 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pela autoridade instauradora do processo, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.
 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.
 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.
- 45- A respeito do rito sumário e suas hipóteses de aplicação, atinente ao Processo Administrativo Disciplinar, regido pela Lei n. 8.112/90, assinale a opção correta.
- Dispensa o contraditório e a ampla defesa.
 - Não se incluem fins de semana, feriados e dias de ponto facultativo, intercalados entre dias de ausência, para a configuração da inassiduidade habitual.
 - Constitui óbice à demissão por abandono de cargo a circunstância de haver o funcionário reassumido o exercício do cargo que abandonou.
 - Para caracterizar o abandono de cargo, é necessária a publicação do aviso em jornal de grande circulação.
 - O rito sumário é instrumento preparatório para o Processo Administrativo Disciplinar demissório.
- 46- Considerando as espécies de procedimentos disciplinares, assinale a opção correta que corresponde ao conceito abaixo:
- Conceito: Procedimento preliminar sumário, instaurado com o fim de investigação de irregularidades funcionais, que precede ao Processo Administrativo Disciplinar, sendo prescindível de observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- Sindicância investigativa.
 - Sindicância acusatória.
 - Sindicância patrimonial.
 - Inquérito policial.
 - Inquérito administrativo.
- 47- O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. A respeito dos princípios aplicáveis a este instrumento, é correto afirmar que
- o processo disciplinar rege-se pelo princípio da verdade formal, da presunção de inocência e da hierarquia.
 - admite o contraditório, a ampla defesa e a verdade sabida.
 - admite o princípio do prejuízo, na declaração de nulidade, comumente mencionado na forma do brocardo *pas de nullité sans grief*.
 - rege-se pelo princípio da publicidade, não admitindo sigilo.
 - admite o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, o que permite a aplicação de penas substitutivas, de restrição de finais de semana, para casos de advertência.
- 48- Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar, de que trata a Lei n. 8.112/90, é incorreto afirmar que
- não nulifica o processo disciplinar, por si só, o fato de colher-se o depoimento do acusado previamente ao de testemunha.
 - o ônus da prova, em tema de processo disciplinar, incumbe à administração.
 - independentemente do rito a ser adotado, deve a portaria que constitui a comissão, e instaura o processo, consignar a descrição minuciosa do fato e o nome, matrícula e lotação do servidor acusado.
 - a demissão, com fundamento no inciso I do art. 132 (crime contra a Administração Pública), deve ser precedida de decisão judicial transitada em julgado.
 - a revisão do Processo Administrativo Disciplinar, quando cabível, far-se-á por meio da constituição de comissão, nos mesmos moldes da comissão processante.
- 49- A respeito da indicição nos processos disciplinares, de que trata a Lei n. 8.112/90, assinale a opção incorreta.
- É vedada a extensão da responsabilidade, de modo genérico, quando não for possível a individualização da responsabilidade.
 - A defesa do indiciado em processo administrativo, como ocorre no processo penal, se faz com relação aos fatos que lhe são imputados, e não quanto a enquadramento legal.
 - A peça de indicição caracteriza-se como o primeiro ato da comissão nos processos disciplinares de ritos sumário e comum ou ordinário, a partir da qual se delimita a acusação.
 - Descrito o fato na peça de indicição, é vedado, à comissão, sugerir aplicação de penalidade quanto a fato não constante da indicição.
 - Pode a comissão deixar de indiciar o acusado caso entenda, motivadamente, e com fundamento nas provas, pela ausência de materialidade disciplinar.

50- A respeito do Processo Administrativo Disciplinar, de que trata a Lei n. 8.112/90, é incorreto afirmar que

- a) os processos disciplinares não exigem a intimação do indiciado para o oferecimento de alegações finais após a conclusão do relatório final.
- b) o fato de encontrar-se o servidor em gozo de licença médica para tratamento de saúde não constitui óbice à demissão.
- c) antes da decisão final a ser proferida em Processo Administrativo Disciplinar, cabe a juntada de documentos que noticiam fatos novos que poderiam influenciar no julgamento, em observância ao princípio da ampla defesa.
- d) quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade, sendo-lhe vedado agravar a penalidade proposta.
- e) a circunstância de encontrar-se o servidor em vias de aposentar-se por invalidez não constitui óbice à demissão, como não constituiria a própria aposentadoria que, para tanto, estaria sujeita à cassação, na forma do art. 134 da Lei n. 8.112/90.

51- A respeito do Processo Administrativo Disciplinar de que trata a Lei n. 8.112/90, é correto afirmar que

- a) os Processos Administrativos Disciplinares têm seus prazos prorrogáveis, mas a sindicância não admite a prorrogação.
- b) a extrapolação do prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar consubstancia nulidade susceptível de invalidar o procedimento.
- c) o Processo Administrativo Disciplinar, não concluído no prazo, admite nova designação, mas não admite a recondução.
- d) sindicância, cujo prazo originário de conclusão foi estabelecido em 25 (vinte e cinco) dias, poderá ter seu prazo ser prorrogado por 30 (trinta) dias.
- e) é regular a fixação de prazo originário de conclusão de Processo Administrativo Disciplinar em 53 (cinquenta e três) dias.

52- A respeito da contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei n. 8.745/93, é correto afirmar que

- a) a contratação, para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública, prescindirá de processo seletivo.
- b) considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a atividade didático-pedagógica em escolas de governo e em fundações de apoio das Universidades públicas.
- c) contratados por tempo determinado podem ser considerados estatutários de regime próprio.
- d) o recrutamento do pessoal será feito mediante processo seletivo simplificado que dispensa publicidade em Diário Oficial da União, prescindindo concurso público.
- e) o pessoal contratado nos termos desta Lei poderá ser nomeado, na qualidade de substituto, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

53- A respeito dos prazos atinentes aos processos administrativos em geral e sua forma de contagem, nos termos da Lei n. 9.784/99, assinale a opção correta.

- a) Não há distinção na forma de contagem entre prazos fixados em dias e fixados em meses ou anos.
- b) Prazo fixado em meses cujo vencimento se daria em 28 de fevereiro, tem seu termo em 1^o de março.
- c) Prazos fixados em dias ou meses contam-se de modo contínuo.
- d) Os prazos começam a correr da data em que foi praticado o ato ou a tomada de decisão.
- e) Ameaça de bomba que força o encerramento do expediente, antes da hora normal, prorroga o prazo até o primeiro dia útil seguinte.

54- A Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aplica-se, subsidiariamente, nos processos administrativos específicos, a exemplo do Processo Administrativo Disciplinar. A respeito de suas disposições, assinale a opção incorreta.

- a) Considerando a ausência de disposição na Lei n. 8.112/90, a Lei n. 9.784/99 limitou em 3 (três) o número de testemunhas indicadas pelo acusado a ser ouvidas pela comissão.
- b) É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- c) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- d) O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.
- e) A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

55- Com fundamento nas disposições atinentes à improbidade administrativa, de que trata a Lei n. 8.429/92, assinale a opção correta.

Servidor que ingressou no serviço público federal em 2008, informando em sua declaração de bens e rendas que na data da posse não possuía bens e, percebendo remuneração mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), adquiriu para si, no exercício do cargo público federal, em 2010, uma embarcação náutica pagando a vista o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), o qual não consegue informar a origem lícita dos valores para aquisição do bem, incorre em

- a) ato de improbidade administrativa que importa em prejuízo ao erário.
- b) ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- c) ato de improbidade administrativa por favorecimento a terceiros.
- d) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento sem causa.
- e) ato de improbidade administrativa por inobservância de princípios.

56- Com fundamento nas disposições atinentes à improbidade administrativa, de que trata a Lei n. 8.429/92 e o Decreto n. 5.483/05, assinale a opção incorreta.

- a) Na declaração de bens e valores, de apresentação obrigatória pelo servidor para posse e exercício em cargo público, se incluem os bens e valores do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica.
- b) A declaração de bens e valores é obrigatória, entre outras hipóteses, para a posse em cargos de direção e assessoramento superior.
- c) Agentes públicos, do Poder Executivo Federal, têm o dever de atualizar a declaração de bens e valores anualmente.
- d) Será instaurada sindicância patrimonial contra o agente público que se recusar a apresentar declaração dos bens e valores na data própria, ou que a prestar falsa.
- e) A Controladoria-Geral da União, no âmbito do Poder Executivo Federal, poderá analisar, sempre que julgar necessário, a evolução patrimonial do agente público, a fim de verificar a compatibilidade desta com os recursos e disponibilidades que compõem o seu patrimônio.

57- A respeito do sigilo fiscal e sigilo das operações de instituições financeiras de que tratam as Leis Complementares n. 104 e 105, assinale a opção incorreta.

- a) Administradoras de cartões de crédito são consideradas instituições financeiras para fins de sigilo bancário.
- b) A prática de crimes contra Administração Pública autoriza a quebra judicial do sigilo bancário.
- c) A prática do crime de extorsão mediante sequestro autoriza a quebra judicial do sigilo bancário.
- d) É permitida a divulgação de informações fiscais relativas a parcelamento ou moratória.
- e) É vedada a divulgação de informações fiscais relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

58- A respeito do controle externo da Administração Pública Federal brasileira, assinale a opção correta.

- a) Tem o Departamento de Polícia Federal como órgão responsável no âmbito do Poder Executivo.
- b) Tem a Organização das Nações Unidas como responsável no âmbito internacional.
- c) É atribuição do Tribunal de Contas da União e da Advocacia-Geral da União.
- d) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e) Compete ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios o controle externo da Administração Pública Federal brasileira.

59- A respeito do Ministério Público da União, assinale a opção correta.

- a) Tem como órgão descentralizado o Ministério Público nos estados que a ele se subordinam tecnicamente.
- b) Atua na defesa de direitos individuais e coletivos, prestando orientação jurídica aos necessitados.
- c) Suas funções só podem ser exercidas por integrantes da carreira que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- d) Possui competência para atuar no controle interno e externo da atividade finalística das polícias federais, por meio de medidas judiciais e extrajudiciais.
- e) Possui competência para estabelecer as regras de organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público nos estados.

60- A respeito dos instrumentos para o exercício do controle externo da Administração Pública Federal, à disposição do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, assinale a opção correta.

- a) O inquérito civil público e a ação civil pública caracterizam-se como instrumentos à disposição do Ministério Público Federal.
- b) A Prestação de Contas, a Tomada de Contas Especial, a auditoria e a interpelação judicial caracterizam-se como instrumentos à disposição do Tribunal de Contas da União.
- c) A Recomendação e o Termo de Ajustamento de Conduta caracterizam-se como instrumentos à disposição do Tribunal de Contas da União.
- d) O inquérito policial federal, o inquérito civil público e a auditoria caracterizam-se como instrumento à disposição do Ministério Público da União.
- e) A Tomada de Contas Especial e a Ação Civil Pública caracterizam-se como instrumentos à disposição do Tribunal de Contas da União.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br